



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA/SC PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 23/2022 MODALIDADE: Tomada de Preços

1 - PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA, ESTADO DE SANTA CATARINA, situada à Rua São Luiz, nº. 210 neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **VANDERLEI BONALDO**, brasileiro, casado, prefeito, inscrito no CPF sob nº. 043.822.729-80 e Carteira de Identidade nº. 4.188.341-SESPDC/SC, residente e domiciliado na Rua São Luis nº 1422 nesta cidade de São Miguel da Boa Vista/SC e Comarca de Maravilha/SC, torna público para empresas do ramo pertinente, interessadas a participar do presente certame licitatório, na modalidade Tomada de Preços, **Empreitada por preço global**, o qual será processado e julgado em consonância com a Lei nº. 8.666/93 atualizada pela Lei nº. 8.883/94 e contemplado com a Lei Complementar nº. 123 de 15/12/2006, e atualizações posteriores, em especial o contido neste Edital.

Para recebimento da documentação e dos envelopes de Habilitação e Proposta, fica determinado o dia 15/06/2022, até às 14:00 horas, os quais deverão ser entregues na Sala de Licitações, para a Comissão Permanente de Licitações, sito a Rua São Luiz 210 - Centro – Setor de Licitação – São Miguel da Boa Vista/SC.

O início da abertura dos envelopes ocorrerá às 14:15 horas, no mesmo dia e endereço informados acima.

2 - DO OBJETO

2.1 - Contratação de empresa para execução, sob regime de empreitada global **DE PAVIMENTAÇÃO EM CALÇAMENTO NA LINHA TRAIRAS – TRECHO I, II COM ÁREA DE 2.442,75M²**, conforme projeto, memorial descritivo, orçamento e demais anexos constantes no edital.

Parágrafo primeiro: A empresa vencedora no certame, antes do início das obras, deverá, obrigatoriamente, apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e a CI da obra, ambas emitidas no CNPJ da Contratada.

Parágrafo segundo: O pagamento da última parcela estará condicionado a apresentação, pela empresa Contratada, da CND da obra.

2.2 - As despesas decorrentes deste processo licitatório correrão por conta do projeto/atividade:

Proj/Atividade	Modalidade de aplicação	Descrição
1.032 – Pavimentação de Estradas vicinais	449000000000	Aplicações diretas.

3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderão participar do presente, empresas interessadas, cadastradas na unidade promotora do certame, ou que se cadastrarem até o terceiro dia útil anterior ao do recebimento das propostas.

3.2 - Não poderão participar da presente licitação as interessadas que se encontrarem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação, punidas com suspensão de licitar ou contratar com a Administração Municipal, ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública.

3.3 - A participação neste certame implica aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

3.4 - Para cadastramento das empresas interessadas e seus respectivos representantes com poderes de acompanhar e manifestar intenção de recurso no certame deverão serem apresentados fora dos envelopes os seguintes documentos:

I - Cópia autenticada do Documento Oficial de Identidade com foto.

II - Procuração por instrumento público ou particular, nesta hipótese, com firma reconhecida como autêntica por tabelião e em ambos os casos acompanhada de cópia do ato de investidura do outorgante (atos constitutivos da pessoa jurídica, ata de eleição do outorgante, etc.), que comprove a capacidade de representação, inclusive com outorga de poderes para, na forma da lei, formular intenção de recurso ou intervir junto à comissão Municipal de Licitações se for o caso, e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da licitante.



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



III - Documentos comprobatórios, quando este for o caso, de ser o credenciado sócio da sociedade, com poderes para sua representação, ou titular de firma individual (atos constitutivos da pessoa jurídica, atos comprobatórios de eleição, declaração de firma individual, etc., conforme o caso).

IV - Ato constitutivo em vigor (Estatuto ou Contrato Social), devidamente registrado, para as sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos comprobatórios de eleição de seus administradores.

V - Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

VI - Comprovante de inscrição e de situação cadastral (cartão CNPJ).

VII - Registro comercial, para empresa individual.

VIII - Conforme Lei Complementar nº. 123 de 15/12/2006, as empresas enquadradas no estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno porte, devem apresentar documentos que comprovem o enquadramento destas, (certidão simplificada da junta comercial expedida há no máximo 180 dias). Caso a licitante não apresente tais documentos de comprovação do enquadramento de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte no ato do credenciamento cadastramento (mesmo que estiver enquadrada), perdera automaticamente o direito de fazer uso das vantagens da Lei Complementar nº. 123 de 15/12/2006 e atualizações posteriores, quanto à regularidade fiscal e direito de preferência.

IX - Apresentar declaração atestando que esta não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, sendo de sua inteira responsabilidade a fiscalização dessa obrigação.

X - Apresentar DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO E DO TRABALHO DO MENOR, (modelo anexo III), deste edital.

XI - Apresentar DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DE CUMPRIMENTO DE REQUISITO DE HABILITAÇÃO (modelo anexo neste edital).

XII - Além dos documentos citados acima, o município poderá consultar por meio do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, em especial ao impedimento daquelas em contratar com o Poder Público, em atendimento ao disposto na Portaria CGU nº 516, de 15 de março de 2010; <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, em especial ao impedimento daquelas em contratar com o Poder Público, sendo vedada a participação na licitação ou contratação de empresa que consta como impedida ou suspensa: [https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-](https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/public/pages/consultas/consultarRestricaoContratarAdministracaoPublica.jsf)

[web/public/pages/consultas/consultarRestricaoContratarAdministracaoPublica.jsf](https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/public/pages/consultas/consultarRestricaoContratarAdministracaoPublica.jsf)

consultar no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, no que tange a registro de ato de improbidade administrativa e inelegibilidade supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php.

3.5 - O licitante ao participar do certame, fica ciente da autorização a divulgação de dados referentes às publicações de contratos e extratos resultantes do presente processo licitatório, assim como o fornecimento destes dados para fins de fiscalização pelos órgãos fiscalizadores, sendo que sua participação implica na autorização a divulgação dos dados, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados nº. 13.709/18.

4 - DA ENTREGA DOS ENVELOPES

4.1 - Dos envelopes “PROPOSTA COMERCIAL” e “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”.

4.1.1 - Os envelopes “Proposta Comercial” e “Documentação de habilitação” deverão estar devidamente fechados e entregues a Comissão Municipal de Licitações, na sessão pública de abertura deste certame, conforme endereço data e horários especificados abaixo:

LOCAL: Rua São Luiz 210 - Centro – Setor de Compras – São Miguel da Boa Vista/SC.

DATA: 15/06/2022

HORÁRIO: 14:00hs.

4.1.2 - Cada licitante deverá apresentar dois conjuntos de documentos, a saber: de Proposta de Preços e de Habilitação.



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



4.1.3 - Os conjuntos de documentos relativos à Proposta de Preços e à Habilitação deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados, e identificados com a razão social da licitante, o número e o título do conteúdo ("Proposta de Comercial" ou "Documentos de Habilitação"), no envelope contendo a Proposta deverá conter o número do item a ser cotado pela empresa, na forma dos incisos I e II a seguir:

I - Envelope contendo os documentos relativos à Proposta de Preços:

ENVELOPE Nº. 002 (PROPOSTA COMERCIAL)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA/SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 23/2022

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS.

LICITANTE:

CNPJ/CPF:

ABERTURA: 15/06/2022 HORA: 14:15hs.

II - Envelope contendo os Documentos de Habilitação:

ENVELOPE Nº. 001 (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA/SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 23/2022

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS.

LICITANTE:

CNPJ/CPF:

ABERTURA: 15/06/2022 HORA: 14:15hs.

4.2 - Os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados:

a) ou no original;

b) ou por cópia com autenticação procedida por tabelião ou por servidor integrante da Comissão Municipal de Licitações da Prefeitura Municipal de São Miguel da Boa Vista/SC;

c) ou pela juntada da(s) folha(s) de órgão da imprensa oficial onde tenha(m) sido publicado(s).

4.2.1 - As autenticações quando feitas por servidor público municipal integrante da Comissão Municipal de Licitações da Prefeitura Municipal de São Miguel da Boa Vista/SC, deverão ser feitas em horário de expediente até o horário previsto para o fim do recebimento dos envelopes, junto ao setor de licitações.

4.3 - Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preços e à habilitação e seus anexos, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil.

4.4 - O CNPJ indicado nos documentos da proposta de preços e da habilitação deverá ser do mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente vai fornecer os bens/serviços, objeto da presente licitação.

4.5 - Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fax-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos, apenas como forma de ilustração das propostas de preços.

4.6 - Qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar os termos do presente Edital por irregularidade, protocolizando o pedido até 48 horas antes do horário fixado para a realização do certame, na Rua São Luis, nº. 210, centro, CEP 89879-000, sala de licitações, junto ao prédio da Prefeitura Municipal de São Miguel da Boa Vista/SC, cabendo ao Gestor decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.

4.7 - Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital o cidadão que não apontar as falhas ou irregularidade supostamente existentes no Edital, ou apresentar intempestivamente a comunicação do suposto vício não suspendendo o curso do certame.

4.8 - A impugnação feita tempestivamente por possível licitante, não o impedirá de participar do processo licitatório ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ele pertinente.

4.9 - Acolhida à petição contra o ato convocatório pelo gestor, será designada nova data para a realização do certame.

5 - DA PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE Nº. 002)

5.1 - O envelope "Proposta de Preços" deverá conter a proposta de preços do licitante, que deverá atender aos seguintes requisitos:



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



I - Ser apresentada através de **planilha orçamentaria** conforme o modelo expresso no projeto, em formulário próprio datilografado ou impresso, em uma via, rubricada em todas as páginas e assinada e carimbada a última pelo representante legal da empresa, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, devidamente identificadas todas as folhas com o número de inscrição no CNPJ ou timbre impresso da empresa, constando os preços propostos expressos em Real (R\$), em algarismos arábicos com somente dois algarismos depois da vírgula. Na planilha orçamentária devem ser indicadas as quantidades de serviços e materiais a executar, de acordo com as Planilhas de Orçamento e Global, deste edital, para todos os fins e efeitos, com seus respectivos preços unitários e totais propostos e cronograma físico-financeiro. Na composição dos preços unitários deve estar incluída a taxa de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI).

II - Os preços propostos completos, computando todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, prestação de assistência técnica, manutenção, reposição de peças, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, constantes da proposta.

III - Constar prazo de validade das condições propostas não inferior a 60 (sessenta) dias correntes, a contar da data de apresentação da proposta. Não havendo indicação expressa será considerado como tal.

IV - Conter preço unitário por item.

5.2 - Os preços propostos por escrito serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.3 - A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital.

5.4 - Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

5.5 - A Proposta de Preços será considerada completa abrangendo todos os custos dos materiais necessários à entrega do objeto em perfeitas condições de uso.

5.6 - Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório.

6 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº. 1)

6.1 - O envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter: ANEXO I.

7 - DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

7.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença dos representantes de todas as licitantes, e demais pessoas que queiram assistir ao ato, a Comissão Municipal de Licitação, que dirigirá a sessão, receberá, em envelopes devidamente fechados, a documentação exigida para Proposta de Preços e Habilitação, admitindo-se.

7.1.1 - A empresa poderá enviar sua proposta e documentação por meio de entrega postal, desde que envie toda a documentação de acordo com o exigido no edital, caso contrário será desclassificada.

7.2 - Após recebidos os documentos pela Comissão Municipal de Licitação dará início à abertura dos envelopes, não mais serão admitidas novas licitantes ao certame.

7.3 - Após a entrega dos envelopes não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

8 - DA ABERTURA DOS ENVELOPES E DO JULGAMENTO

8.1 - O presente Edital será processado e julgado de acordo com o procedimento estabelecido no artigo 43 da Lei nº. 8.666/93 atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

8.2 - No dia, local e hora designados no preâmbulo, na presença dos licitantes ou de seus representantes legais que comparecerem ao ato, a Comissão iniciará os trabalhos:

8.2.1 - Será feita a abertura dos envelopes de habilitação, os quais serão examinados e rubricados pelos seus membros e representantes presentes.

8.2.1.1 - Desta fase será lavrada ata circunstanciada, que será assinada pelos membros da comissão e representantes presentes, constando da mesma toda e qualquer declaração.

8.2.2 - Procedendo-se a seguir à abertura dos envelopes de propostas.



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



8.2.2.1 - As propostas serão examinadas e rubricadas pelos membros e representantes dos licitantes presentes, procedendo-se à leitura das mesmas.

8.2.2.2 - Propostas que apresentarem erros manifestos de cálculo poderão ser corrigidas pela Comissão.

8.2.2.3 - Desta fase será lavrada ata circunstanciada, que será assinada pelos membros da Comissão e representantes presentes, constando da mesma toda e qualquer declaração.

8.3 Critérios de julgamento

8.3.1 - Desclassificação

8.3.1.1 - Serão desclassificadas as propostas que:

a) Não obedecerem às condições estabelecidas no edital e apresentarem o preço dos itens em desacordo com o ato convocatório.

b) Apresentarem preços manifestamente inexequíveis ou excessivos; Será considerado preço excessivo aquele que estiver acima do praticado no mercado ou acima do orçamento feito pela Prefeitura.

8.3.2 - Classificação

8.3.2.1 - As propostas consideradas aceitáveis serão analisadas pela comissão, que fará a **classificação do menor preço**, levando-se em conta exclusivamente o **MENOR PREÇO GLOBAL**;

a) A classificação se fará pela ordem crescente dos preços propostos.

b) No caso de empate, será assegurada preferência por bens produzidos por empresas brasileiras;

c) Persistindo o empate ocorrerá, para fins de desempate, sorteio.

9 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1 - Ao final da sessão, após declarado o licitante vencedor do certame, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese das suas razões, podendo juntar memoriais no prazo de 05 (cinco) dias, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos autos.

9.2 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante em recorrer, importará na preclusão do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pela Comissão ao licitante vencedor.

9.3 - O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.4 - Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Rua São Luiz, nº. 210 - Centro – São Miguel da Boa Vista/SC.

9.5 - Improvidos os recursos, o Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista/SC fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante declarado vencedor, homologará a licitação e decidirá quanto à contratação.

9.6 - Não serão conhecidos os recursos interpostos após o encerramento da sessão, nem serão recebidas às petições de contrarrazões intempestivamente apresentadas.

10 - DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

10.1 - Em não sendo interposto recurso, caberá a Comissão Municipal de Licitações adjudicar o objeto à(s) licitante(s) vencedora(s) e encaminhar o processo à Autoridade competente para a sua homologação.

10.2 - Caso haja recurso, a adjudicação do objeto à(s) licitante(s) vencedora(s) e a homologação do processo será efetuada pela Autoridade competente.

10.3 - Homologado o resultado pelo Município, e comunicado à proponente vencedora o mesmo terá o prazo, máximo, de 05 (cinco) dias úteis para comparecer no Departamento de Licitação desta Prefeitura para assinar o Contrato.

10.4 - Nos termos do § 2º do artigo 64 da Lei nº. 8.666/93, poderá a Administração, quando o convocado se recusar a assinar o contrato ou retirar a ordem de compra, no prazo estabelecido, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições da primeira classificada, inclusive quanto aos preços ou revogar a licitação, independentemente da cominação estabelecida pelo artigo 81 da legislação citada.

10.5 - A recusa injustificada do vencedor do certame em assinar o termo contratual no prazo e condições estabelecidas, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas na minuta do contrato em anexo.



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



10.6 - Este termo contratual terá vigência até 30/06/2023, sendo que o prazo de execução será de, no máximo, 120 (cento e vinte) dias contados da emissão da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado, por interesse da administração pública, devidamente justificado.

11 - DAS GARANTIAS

11.1 - As empresas licitantes ficam dispensadas de apresentarem garantia quando da entrega das propostas (*artigo 31, inciso III da Lei nº. 8.666/93*).

11.2 - Como garantia do contrato, resta estipulado que, com fundamento no artigo 56, §2º da Lei nº. 8.666/93, a Contratada deverá, quando da assinatura do Contrato/Ata, apresentar garantia de 5% (*cinco por cento*) do valor adjudicado em favor da empresa, não sendo aceita a modalidade cheque.

11.3 - A garantia será exigida apenas da empresa que vai efetivamente contratar com a Administração.

11.4 - A empresa que não apresentar a garantia, no prazo estipulado, perderá o direito de firmar o Contrato/Ata com a Administração.

11.5 - No final do Contrato/Ata, caso a empresa Contratada não tenha cometido nenhum inadimplemento, o valor da garantia será liberado em favor da mesma e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

12 - DOS ENCARGOS

12.1 - Incumbe a Administração Municipal:

I - **Fiscalizar a execução/entrega do objeto deste Edital, através pelo Secretário da Pasta Municipal, conforme decreto 31/2017, e da responsável pelo setor de engenharia do município, ora nominados fiscais do contrato**, os quais deverão fiscalizar a entrega dos produtos e serviços licitados, exigir qualidade, o cumprimento dos prazos, fazendo cumprir todas as cláusulas deste Edital e do Contrato/Ata, aplicando os sanções cabíveis em caso de necessidade.

II - Efetuar os pagamentos à Contratada.

III - Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais.

IV - Antes de efetuar o(s) pagamento(s) à Contratada, os servidores da área administrativa deverão verificar e certificar se a documentação entregue pela Contratada atende as cláusulas contidas neste Edital e no Contrato.

V - É vedado ao Município executar qualquer tipo de serviço inerente à contratação, da mesma forma é vedado à utilização de equipamentos, pessoais, veículos e máquinas do Município.

VI - Emitir a Ordem de Serviços, somente após a aprovação da documentação e o efetivo recebimento do repasse dos recursos financeiros de Transferência Especial Voluntária, processo SCC 00016767/2021, pelo Governo do Estado, e ainda, após a apresentação, pela Contratada, da documentação de licenciamento ambiental que comprove a origem dos materiais a serem utilizados na execução da obra.

12.2 - **Incumbe à Contratada**, além de atender e cumprir todas as cláusulas e condições contidas no Edital e seus Anexos:

I - Realizar a execução e entrega do objeto da presente licitação nos prazos e condições previstos neste Contrato.

II - Não subcontratar, total e/ou parcialmente, o objeto deste Edital e do Contrato.

III - Contratar, dirigir e fiscalizar, sob sua inteira responsabilidade, o pessoal adequado e capacitado que necessitar, em todos os níveis de trabalho, para a execução das obras, correndo por sua conta toda responsabilidade quanto os encargos e obrigações de ordem trabalhista, previdenciária.

IV - Dotar seus empregados de Equipamentos de Proteção Individual (segurança), quando necessário, conforme preceituado pelas Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como a todos componentes de suas equipes de trabalho ou aqueles que por qualquer motivo estejam envolvidos com os serviços objeto do presente Contrato.

V - Efetuar o pagamento de seus empregados no prazo da Lei, independentemente do recebimento da fatura.

VI - Pagar todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato, especialmente o INSS, FGTS e ISS.

VII - Assumir, integralmente, qualquer responsabilidade de natureza cível, criminal, trabalhista, social, previdenciária, fiscal, comercial, tributária e administrativa decorrentes da execução do objeto do presente Contrato, incluindo os atos e atitudes de seus prepostos.



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



VIII - Fornecer e aplicar todo o material e equipamento necessários à execução da obra contratada, empregando exclusivamente materiais de primeira qualidade e obedecendo rigorosamente ao Projeto de Engenharia fornecido pelo Município Contratante.

IX - Registrar as ocorrências havidas durante a execução do presente contrato, de tudo dando ciência aos fiscais do Contrato do Município Contratante, respondendo integralmente por sua omissão.

X - Responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao patrimônio do Município Contratante e/ou terceiros, por pessoas integrantes de sua equipe de trabalho.

XI - Manter, durante toda execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XII - Reforçar a sua equipe de técnicos nas obras e/ou serviços, se ficar constatada insuficiência da mesma, para permitir a execução dos serviços dentro do prazo previsto.

XIII - Retirar do local da obra e/ou serviço todo e qualquer material que for rejeitado em inspeção feita pelos fiscais do Município Contratante.

XIV - Manter, durante a execução das obras e/ou serviços, a vigilância dos mesmos, a proteção e conservação dos serviços executados até sua entrega à Contratante.

XV - Executar e refazer os reparos que se fizerem necessários, sob sua responsabilidade e custo, independentemente de sanções cabíveis que vierem a ser aplicadas.

XVI - Desmanchar e refazer, no prazo fixado e sem ônus para o Município Contratante, os serviços não aceitos pelos fiscais do contrato, quando for constatado o emprego de material inadequado ou execução imprópria do serviço à vista das especificações respectivas.

XVII - Proceder, no final das obras e/ou serviços à desmobilização das instalações provisórias, limpeza e remoção de todo material indesejável.

XVIII - Reforçar o seu parque de equipamento se for constatada a inadequação para realizar os serviços de acordo com o cronograma e/ou se, em virtude de atraso, for necessário este aumento do equipamento para recuperação do tempo perdido.

XIX - Permitir e facilitar aos fiscais do Contrato a inspeção ao local da obra e/ou serviço em qualquer dia e hora, prestando todos os informes e esclarecimentos solicitados, relacionados com os serviços contratados.

XX - Não permitir que seu pessoal ou equipamento ingressem em propriedades de terceiros, sem antes certificar-se de que o Município Contratante já está devidamente autorizado pelos respectivos proprietários, respondendo a Contratada civil e criminalmente por todos e quaisquer danos a que seu procedimento der causa.

XXI - O acompanhamento tecnológico ficará a cargo da Contratada, independentemente da atividade fiscalizadora do Órgão, cabendo ao Município Contratante o fornecimento dos projetos.

XXII - Manter reserva quanto aos Projetos, especificações e desenhos relativos à obra apenas sendo-lhe facultado fornecê-los a terceiros, para qualquer fim, mediante prévia e expressa autorização do Município Contratante.

XXIII - Eximir o Município Contratante por qualquer responsabilidade, face à utilização de técnicas, materiais, equipamentos, métodos ou processos adotados durante a execução da obra contratada.

XXIV - Cumprir e fazer cumprir os dispositivos legais pertinentes aos elementos de defesa e preservação do meio ambiente relativamente às legislações em nível federal, estadual e municipal.

XXV - Além da organização da equipe de segurança, prever recursos para socorro imediato e para a remoção de eventuais acidentados ao ambulatório e/ou hospital.

XXVI - A constatação de qualquer procedimento irregular pela Contratada implicará na retenção dos pagamentos devidos pela Contratante, até que seja feita a regularização.

XXVII - A contratada deverá providenciar e entregar junto ao setor de Engenharia do município, a Anotação de Responsabilidade Técnica/Registro de Responsabilidade Técnica (ART/RRT) da execução da obra de forma discriminada, no prazo, máximo, de 10 (dez) dias consecutivos, após a emissão da Ordem de Serviço.

XXVIII - A empresa vencedora no certame, antes do início das obras, deverá obrigatoriamente apresentar a CI da obra, emitida no CNPJ da Contratada.

XXIX - A empresa compromete-se por cinco anos pelos consertos e reparos necessários que forem relacionados a mau funcionamento e ocasionados por má execução, referente a garantia da obra, que é de 5 anos. (Código Civil - Art. 618).



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



XXX - Antes de receber a parcela residual do valor do contrato (pagamento da última parcela) a Contratada deverá apresentar comprovante de quitação da CND da obra licitada e demais encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da obra licitada, especialmente o INSS, FGTS e ISS.

XXXI - Para a execução da obra, a Contratada deverá utilizar materiais devidamente licenciados pelo Órgão Ambiental competente.

XXXII - Para fins de comprovação da origem do material, a Contratada deverá apresentar aos fiscais do Contrato, nota fiscal de compra deste material, juntamente com a licença ambiental da empresa fornecedora.

XXXIII - Caso a pedra irregular seja extraída e fornecida pela própria Contratada, esta, deverá apresentar a licença ambiental, bem como, uma declaração fornecida por seu representante legal, onde conste claramente que o material será extraído e fornecido pela Contratada.

XXXIV - A Contratada deverá apresentar a documentação de licenciamento dos materiais no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, contados da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado, por interesse da administração pública, quando devidamente justificado, analisado e aceito pela fiscalização.

XXXV - A recusa, o atraso injustificável, bem como as justificativas não aceitas pela fiscalização para apresentação da documentação de licenciamento pela Contratada, implicará na aplicação das penalidades previstas no Contrato.

13 - DA FISCALIZAÇÃO DA ENTREGA DO OBJETO

13.1 - A execução/entrega do objeto desta será acompanhada e fiscalizada pelo Secretário da Pasta Municipal, conforme decreto 31/2017, e pela responsável pelo setor de engenharia do município, ora nominados fiscais do contrato, os quais deverão fiscalizar a entrega dos produtos licitados, exigir qualidade, o cumprimento dos prazos, fazendo cumprir todas as cláusulas deste Edital e do Contrato, aplicando as sanções cabíveis em caso de necessidade.

13.2 - A fiscalização será exercida no interesse da Administração Municipal e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive trabalhista e perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

13.3 - Estando o objeto licitado em conformidade, os documentos de cobrança deverão ser atestados pela fiscalização do contrato e enviados ao Departamento Financeiro, para o devido pagamento.

13.4 - O prazo para execução da Obra será de, no Máximo, 120 dias, a contar da assinatura do da entrega da Ordem de serviços, podendo ser prorrogado única e exclusivamente pela ocorrência de casos fortuitos ou força maior, e com consentimento da administração municipal, sendo analisada a justificativa para tal ato, priorizando o interesse público, caso contrário não será prorrogado.

13.4.1 - A Ordem de Serviços só poderá ser emitida após aprovação da documentação e o repasse dos recursos financeiros de Transferência Especial Voluntária, processo SCC 00016767/2021, pelo Governo do Estado, e ainda, após a apresentação, pela Contratada, da documentação de licenciamento ambiental que comprove a origem dos materiais a serem utilizados na execução da obra.

13.5 - O prazo para início das correções dos itens apontados pela fiscalização do contrato será de 5 (cinco) dias, após a notificação.

13.6 - A execução da obra deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados neste Edital, sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se constarem de propostas por escrito e aprovada por esta Municipalidade.

14 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1 - O pagamento será efetuado até o 10^º (décimo) dia útil após a liquidação, de forma fracionada, conforme Boletim de Medição, elaborado pela engenheira do município e/ou AMERIOS, responsável pela fiscalização e acompanhamento, mediante depósito bancário, apresentação da Fatura/Nota Fiscal devidamente atestada pelos fiscais do contrato, observando-se, antes do pagamento, a regularidade da documentação pelo departamento contábil e financeiro.

14.1.1 - Antes de efetuar o(s) pagamento(s) à Contratada, os servidores da área administrativa deverão verificar e certificar se a documentação entregue pela Contratada atende as cláusulas contidas neste Edital e no Contrato.



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



14.1.2 - O pagamento fica condicionado à aprovação da documentação encaminhada ao Governo do Estado, bem como, pela liberação de recursos financeiros daquele Órgão, referente ao repasse de Transferência Especial Voluntária, processo SCC 00016767/2021.

14.2 - A critério da Contratante, poderão ser utilizada parte dos pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras, de responsabilidade da Contratada.

14.3 - A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

14.4 - O objeto licitado deve estar dentro das características solicitadas, sob pena de devolução sem pagamento da respectiva nota fiscal correspondente.

14.5 - O pagamento da última parcela estará condicionado a apresentação, pela empresa Contratada, da CND da obra.

14.6 - As despesas decorrentes deste processo licitatório correrão por conta do projeto/atividade:

Proj/Atividade	Modalidade de aplicação	Descrição
1.032 – Pavimentação de Estradas vicinais	449000000000	Aplicações diretas.

15 - DAS SANÇÕES

15.1 - A Contratada, em caso de descumprimento de qualquer condição ou cláusula do Edital e do Contrato, restará submetida as sanções administrativas previstas no Contrato Administrativo.

16 - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

16.1 - A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93.

17 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - As normas que disciplinam este Certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, atendidos o interesse público e o da Administração, sem comprometimento da segurança da contratação.

17.2 - O desatendimento de exigências formais não essenciais poderá ser interpretado pela Comissão Municipal de Licitações podendo não importando no afastamento da licitante, conforme cada caso, desde que seja possível a aferição da sua qualidade e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública de licitação.

17.3 - É facultado a Comissão ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

17.4 - Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

17.5 - A adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora e a homologação do certame não implicarão direito à contratação.

17.6 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na Prefeitura de São Miguel da Boa Vista/SC, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

17.7 - O Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista/SC poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do art. 49 da Lei nº. 8.666/93.

17.8 - No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do certame, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

17.9 - **Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o Foro da Comarca de Maravilha/SC**, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser exceto o que dispõe o inciso X do art. 29 da Constituição Federal.

17.10 - Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos locais e horários anteriormente estabelecidos.



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



17.11 - É vedada a transferência, total ou parcial, para terceiros, do objeto que for adjudicado em consequência desta licitação.

17.12 - Os casos omissos poderão ser resolvidos pela Comissão Municipal de Licitação, obedecendo as leis vigentes.

17.13 - Fazem parte integrante deste Edital:

ANEXO I - HABILITAÇÃO.

ANEXO II - TERMO REFERENCIA

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO E DO TRABALHO DO MENOR

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DE CUMPRIMENTO DE REQUISITO DE HABILITAÇÃO

ANEXO V- MODELO DE ATESTADO DE VISITA

ANEXO VI - MINUTA DE CONTRATO

18 - DO HORÁRIO E LOCAL PARA OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

18.1 Este Processo Licitatório será afixado para conhecimento e consulta dos interessados no Mural Público da Prefeitura Municipal de São Miguel da Boa Vista/SC.

18.2 Maiores esclarecimentos, avisos e o edital poderão ser obtidos no Setor de Compras e Licitações, no endereço mencionado no preâmbulo, e estará disponível no sitio eletrônico <http://www.saomigueldaboavista.sc.gov.br>, e-mail licitação@saomigueldaboavista.sc.gov.br em horário de expediente das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, até o último dia previsto para entrega dos envelopes.

São Miguel da Boa Vista/SC, 24 de maio de 2022.

VANDERLEI BONALDO
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 23/2022
MODALIDADE: Tomada de Preços



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



ANEXO I

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA/SC PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 23/2022 MODALIDADE: Tomada de Preços

Para o presente Processo Licitatório, serão necessários a apresentação dos documentos abaixo relacionados, que deverão ser apresentados em original ou devidamente autenticados por Cartório ou por servidor público municipal.

REGULARIDADE FISCAL	
Regularidade	Prova de Inscrição no CNPJ;
Regularidade Fiscal	Comprovante de regularidade para com o FGTS;
Regularidade Fiscal	Comprovante de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da empresa;
Regularidade Fiscal	Comprovante de regularidade para com a Fazenda Federal;
Regularidade Fiscal	Comprovante de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da empresa;
Regularidade	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
Regularidade	Certidão negativa correccional (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM) emitida pela CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO.
HABILITAÇÃO JURÍDICA	
Regularidade	Certificado de Registro Cadastral, do Município de São Miguel da Boa Vista/SC, com validade na data da apresentação e emitido até o terceiro dia anterior a data de recebimento das propostas (se o mesmo foi apresentado no credenciamento, será dispensado a apresentação na habilitação) .
QUALIFICAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRO	
Regularidade	Certidão negativa de falência e concordata expedida pela comarca sede da proponente, expedida há menos de 60 (sessenta) dias da data de julgamento deste Edital. Atenção: Licitantes de Santa Catarina, considerando a implantação do sistema eproc no Poder Judiciário de Santa Catarina, a partir de 01/04/2019, as certidões dos modelos "Cível" e "Falência, Concordata e Recuperação Judicial" deverão ser apresentadas tanto no sistema EPROC quando no SAJ. As duas certidões deverão ser apresentadas conjuntamente, caso contrário não terão validade. Para licitantes de outros estados, verificar na certidão a exigência de documentação complementar para validação.
CAPACIDADE TÉCNICA	
Capacidade técnica	Apresentar pelo menos 2 (dois) acervo técnico, registrado no órgão competente, comprovando que a empresa participante já executou serviços semelhantes ao objeto do edital, inclusive com metragem mínima igual ou superior a que está sendo licitada. As obras a que se referem os acervos devem ter sido realizadas para pessoas jurídicas de direito público ou privado, conforme determina o art. 30, inciso 1º da Lei nº. 8.666/93.
Comprovante	Comprovante de Registro ou inscrição na entidade profissional competente da Pessoa Jurídica (empresa).
Comprovante	Comprovante de Registro ou inscrição na entidade profissional competente do profissional (Física) do profissional que acompanhará e será responsável técnico pela obra; Este profissional de nível superior, deverá possuir vínculo com a empresa licitante, até a data prevista para entrega da proposta, devendo o mesmo ser comprovada documentalmente, podendo ser através de contrato, carteira de trabalho, ou o mesmo ser sócio/proprietário da mesma.



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



Atestado	<p>Atestado de visita e comparecimento: As empresas interessadas, deverão procurar a secretaria administrativa/setor de engenharia do município, para efetuar a visita individual aos locais onde serão executados os serviços, tomando pleno conhecimento das condições ambientais, técnicas, do grau de dificuldades dos trabalhos e dos demais aspectos que possam influir direta e indiretamente na execução do objeto do presente edital. As visitas poderão ser realizadas em dias e horários de expediente previamente agendada até um dia anterior a data estipulada para licitação. A empresa deverá emitir um atestado de visita e de pleno conhecimento devidamente assinado pelo <u>RESPONSÁVEL TÉCNICO DA EMPRESA</u> e entregue junto da Documentação de Habilitação – Envelope nº 01.</p>
----------	--



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



ANEXO II

TERMO REFERÊNCIA

1.1 OBJETO: Contratação de empresa para execução, sob regime de empreitada global **DE PAVIMENTAÇÃO EM CALÇAMENTO NA LINHA TRAIRAS – TRECHO I, II COM ÁREA DE 2.442,75M²**, conforme projeto, memorial descritivo, orçamento e demais anexos constantes no edital.

Item	Quant.	Unid.	Descrição do produto	Valor Total Máximo
01	01	Obra	Execução de pavimentação em calçamento na linha Traíras – trecho I, II com área de 2.442,75m², compreendendo terraplenagem, drenagem pluvial, sinalização e calçamento, com fornecimento dos materiais, conforme descrição e valores máximos descritos em projeto anexo a este edital, elaborado pela AMERIOS.	R\$ 195.350,33

A proposta deverá ser apresentada em forma de planilha orçamentária, conforme itens, quantidades e demais informações constantes no projeto técnico.

2 – JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1 – Considerando importância da execução do projeto para a comunidade de Linha Traíras e considerando a liberação de recursos financeiros através de transferência voluntária do Estado, com contrapartida do município, justificamos a realização do processo licitatório – Tomada de Preços para contratação de empresa para execução dos serviços com fornecimento do material. Considerando que o processo anterior restou deserto.

3. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

3.1. Os serviços serão prestados conforme indicado em projeto, elaborado pelo setor de engenharia da AMERIOS e acompanhado pelos fiscais do contrato.

3.2. O objeto do presente termo de referência será acompanhado pelo secretário de estradas e rodagens e pela engenheira do município para efeito de verificação da qualidade, quantidade e da sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

3.3. O objeto do presente termo de referência poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos no prazo estipulado no edital, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4 – FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 - A execução do objeto desta será acompanhada e fiscalizada pelo Secretário Municipal de Estradas e Rodagens e pela engenheira do município.

4.2 - A fiscalização será exercida no interesse da Administração Municipal e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

4.3 - Estando o objeto licitado em conformidade, os documentos de cobrança deverão ser atestados pela fiscalização do contrato e enviados ao Departamento Financeiro, para o devido pagamento.

5 - DOS ENCARGOS

5.1 - Incumbe a Administração Municipal:

I - Fiscalizar através do Secretário Municipal de Estradas e Rodagens, e pela engenheira do município nos termos do Decreto Municipal nº. 31/2017, ora nominado fiscal do contrato, a execução efetiva do objeto licitado, qualidade dos serviços, bem como atestar sobre as notas fiscais/faturas a qualidade do objeto, fazendo cumprir todas as normas deste edital.



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



II - Efetuar os pagamentos à Contratada através do departamento financeiro.

III – quando necessário, aplicar as penalidades regulamentares e contratuais.

5.2 - **Incumbe à Contratada**, além de outras incluídas neste Edital e seus Anexos:

I - Realizar a execução e entrega do objeto da presente licitação nos prazos e condições previstos neste Contrato.

II - Não subcontratar, total e/ou parcialmente, o objeto deste Edital e do Contrato.

III - Contratar, dirigir e fiscalizar, sob sua inteira responsabilidade, o pessoal adequado e capacitado que necessitar, em todos os níveis de trabalho, para a execução das obras, correndo por sua conta toda responsabilidade quanto os encargos e obrigações de ordem trabalhista, previdenciária.

IV - Dotar seus empregados de Equipamentos de Proteção Individual (segurança), quando necessário, conforme preceituado pelas Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como a todos componentes de suas equipes de trabalho ou aqueles que por qualquer motivo estejam envolvidos com os serviços objeto do presente Contrato.

V - Efetuar o pagamento de seus empregados no prazo da Lei, independentemente do recebimento da fatura.

VI - Pagar todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato, especialmente o INSS, FGTS e ISS.

VII - Assumir, integralmente, qualquer responsabilidade de natureza cível, criminal, trabalhista, social, previdenciária, fiscal, comercial, tributária e administrativa decorrentes da execução do objeto do presente Contrato, incluindo os atos e atitudes de seus prepostos.

VIII - Fornecer e aplicar todo o material e equipamento necessários à execução da obra contratada, empregando exclusivamente materiais de primeira qualidade e obedecendo rigorosamente ao Projeto de Engenharia fornecido pelo Município Contratante.

IX - Registrar as ocorrências havidas durante a execução do presente contrato, de tudo dando ciência aos fiscais do Contrato do Município Contratante, respondendo integralmente por sua omissão.

X - Responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao patrimônio do Município Contratante e/ou terceiros, por pessoas integrantes de sua equipe de trabalho.

XI - Manter, durante toda execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XII - Reforçar a sua equipe de técnicos nas obras e/ou serviços, se ficar constatada insuficiência da mesma, para permitir a execução dos serviços dentro do prazo previsto.

XIII - Retirar do local da obra e/ou serviço todo e qualquer material que for rejeitado em inspeção feita pelos fiscais do Município Contratante.

XIV - Manter, durante a execução das obras e/ou serviços, a vigilância dos mesmos, a proteção e conservação dos serviços executados até sua entrega à Contratante.

XV - Executar e refazer os reparos que se fizerem necessários, sob sua responsabilidade e custo, independentemente de sanções cabíveis que vierem a ser aplicadas.

XVI - Desmanchar e refazer, no prazo fixado e sem ônus para o Município Contratante, os serviços não aceitos pelos fiscais do contrato, quando for constatado o emprego de material inadequado ou execução imprópria do serviço à vista das especificações respectivas.

XVII - Proceder, no final das obras e/ou serviços à desmobilização das instalações provisórias, limpeza e remoção de todo material indesejável.

XVIII - Reforçar o seu parque de equipamento se for constatada a inadequação para realizar os serviços de acordo com o cronograma e/ou se, em virtude de atraso, for necessário este aumento do equipamento para recuperação do tempo perdido.

XIX - Permitir e facilitar aos fiscais do Contrato a inspeção ao local da obra e/ou serviço em qualquer dia e hora, prestando todos os informes e esclarecimentos solicitados, relacionados com os serviços contratados.

XX - Não permitir que seu pessoal ou equipamento ingressem em propriedades de terceiros, sem antes certificar-se de que o Município Contratante já está devidamente autorizado pelos respectivos proprietários, respondendo a Contratada civil e criminalmente por todos e quaisquer danos a que seu procedimento der causa.

XXI - O acompanhamento tecnológico ficará a cargo da Contratada, independentemente da atividade fiscalizadora do Órgão, cabendo ao Município Contratante o fornecimento dos projetos.



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



XXII - Manter reserva quanto aos Projetos, especificações e desenhos relativos à obra apenas sendo-lhe facultado fornecê-los a terceiros, para qualquer fim, mediante prévia e expressa autorização do Município Contratante.

XXIII - Eximir o Município Contratante por qualquer responsabilidade, face à utilização de técnicas, materiais, equipamentos, métodos ou processos adotados durante a execução da obra contratada.

XXIV - Cumprir e fazer cumprir os dispositivos legais pertinentes aos elementos de defesa e preservação do meio ambiente relativamente às legislações em nível federal, estadual e municipal.

XXV - Além da organização da equipe de segurança, prever recursos para socorro imediato e para a remoção de eventuais acidentados ao ambulatório e/ou hospital.

XXVI - A constatação de qualquer procedimento irregular pela Contratada implicará na retenção dos pagamentos devidos pela Contratante, até que seja feita a regularização.

XXVII - A contratada deverá providenciar e entregar junto ao setor de Engenharia do município, a Anotação de Responsabilidade Técnica/Registro de Responsabilidade Técnica (ART/RRT) da execução da obra de forma discriminada, no prazo, máximo, de 10 (dez) dias consecutivos, após a emissão da Ordem de Serviço.

XXVIII - A empresa vencedora no certame, antes do início das obras, deverá obrigatoriamente apresentar a CI da obra, emitida no CNPJ da Contratada.

XXIX - A empresa compromete-se por cinco anos pelos consertos e reparos necessários que forem relacionados a mau funcionamento e ocasionados por má execução, referente a garantia da obra, que é de 5 anos. (Código Civil - Art. 618).

6 - DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado, mensalmente, até o 10º dia útil após a liquidação, mediante apresentação de nota fiscal devidamente atestada pelo recebedor, e relatório das atividades prestadas durante o mês.

6.2 - A critério da Contratante, poderão ser utilizada parte dos pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras, de responsabilidade da Contratada.

6.3 - A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

7 - DAS GARANTIAS

7.1 - As empresas licitantes ficam dispensadas de apresentarem garantia quando da entrega das propostas (*artigo 31, inciso III da Lei nº. 8.666/93*).

7.2 - Como garantia do contrato, resta estipulado que, com fundamento no artigo 56, §2º da Lei nº. 8.666/93, a Contratada deverá, quando da assinatura do Contrato/Ata, apresentar garantia de 5% (*cinco por cento*) do valor adjudicado em favor da empresa, não sendo aceito a modalidade cheque.

I - A garantia será exigida apenas da empresa que vai efetivamente contratar com a Administração.

II - A empresa que não apresentar a garantia, no prazo estipulado, perderá o direito de firmar o Contrato/Ata com a Administração.

III - No final do Contrato/Ata, caso a empresa Contratada não tenha cometido nenhum inadimplemento, o valor da garantia será liberado em favor da mesma e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

8 - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

8.1 - A contratada que deixar de der causa a rescisão do contrato, entregar documentação exigida, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na entrega do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste e das demais cominações legais.

8.2 - Em caso de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multas:



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



a) Multa de 1% (um por cento) por dia de atraso na conclusão da obra, calculado sobre o valor global do contrato, entendendo-se como atraso a não entrega do bem no prazo estabelecido no Edital, limitado a 30%. Após 30 (trinta) dias não havendo motivação aceita pelo município para prorrogação deste prazo, o contrato será rescindido por culpa da contratada, a qual deverá arcar com a multa estipulada na alínea “d”, do item 8.2, deste edital.

b) de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea “a” deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, nos termos da lei, pela recusa/demora em corrigir/refazer serviços e/ou substituir materiais rejeitados, em caso de reincidência o valor da multa será em dobro.

d) de 60% (sessenta por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso da licitante requerer e/ou der causa a rescisão do Contrato.

No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

8.3 - O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

8.4 - As sanções previstas inciso I do item 8.2 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

São Miguel da Boa Vista/SC, 23/05/2022.

Jairo A. Luft
Resp. Sec. de Estradas e Rodagens

VANDERLEI BONALDO
PREFEITO MUNICIPAL

***APROVO O PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA
E AUTORIZO A REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO.***



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



ANEXO III

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO E DO TRABALHO DO MENOR

LICITANTE: ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA/SC

ENDEREÇO: RUA SÃO LUIZ, 210.

CNPJ: 80.912.124/0001-82

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 23/2022

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO.

DECLARAÇÃO

.....(RAZÃO SOCIAL).....

a) Por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins do Tomada de Preços nº. /2022, DECLARA expressamente que até a presente data, inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente certame licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, em cumprimento ao que determina o Edital.

b) Não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, em cumprimento ao que determina o Edital.

...../...../..... de 2022.

(representante)

OBS.: 1) Esta declaração deverá ser entregue a Comissão, antes da realização do certame, e separadamente dos envelopes (Proposta de Preço e Habilitação) exigidos nesta licitação.

2) A não-entrega desta Declaração, exigida no Edital, implicará o não recebimento, por parte da Comissão, dos envelopes contendo a documentação da Proposta de Preço e de Habilitação e, portanto, a não aceitação da licitante no certame licitatório.



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DE CUMPRIMENTO DE REQUISITO DE HABILITAÇÃO
LICITANTE: ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA/SC
ENDEREÇO: RUA SÃO LUIZ, 210.
CNPJ: 80.912.124/0001-82
PROCESSO LICITATORIO Nº. 23/2022
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO.

DECLARAÇÃO

..... RAZÃO SOCIAL....., por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr.(a) REPRESENTANTE, infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF/MF nº, para os fins de participação da Tomada de Preços nº. ___/2022, e para cumprimento da Legislação, **DECLARA** expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital do Processo Licitatório em epígrafe.

...../...../..... de 2022.

(REPRESENTANTE)

OBS.: 1) Esta declaração deverá ser entregue a Comissão, antes da realização do certame, e separadamente dos envelopes (Proposta de Preço e Habilitação) exigidos nesta licitação.

2) A não-entrega desta Declaração, exigida no Edital, implicará o não recebimento, por parte da Comissão, dos envelopes contendo a documentação da Proposta de Preço e de Habilitação e, portanto, a não aceitação da licitante no certame licitatório.



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



ANEXO V

MODELO ATESTADO DE VISITA ATESTADO DE VISITA

Atestamos que o Arquiteto e Urbanista/Engenheiro Civil _____, portador da carteira profissional no CREA/CAU-SC sob n. _____, representando a Empresa _____, visitou o local para execução dos serviços de **PAVIMENTAÇÃO EM CALÇAMENTO NA LINHA TRAIÍRAS – TRECHO I, II COM ÁREA DE 2.442,75M²**, no Município de São Miguel da Boa Vista – SC, devendo ser executada de acordo com o projeto básico, anexo ao presente processo licitatório para todos os efeitos jurídicos e legais. Procedimento Licitatório n. ___/2022, na modalidade de Tomada de Preços n. ___/2022, constando as condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, recebendo as informações técnicas pertinentes.

Local e data: _____

NOME ENGENHEIRO/ARQUITETO

(Obs.: Inserir esta Declaração no envelope de documentos de habilitação).



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. /2022. Contrato de Prestação de Serviço.

O **MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA**, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua São Luiz, nº. 210, inscrito no CNPJ Nº. 80.912.124/0001-82 neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **VANDERLEI BONALDO**, brasileiro, casado, prefeito, inscrito no CPF sob nº. 043.822.729-80 e Carteira de Identidade nº. 4.188.341-SESPDC/SC, residente e domiciliado na Rua São Luis nº 1422 nesta cidade de São Miguel da Boa Vista/SC e Comarca de Maravilha/SC, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa _____, estabelecida na _____, nº _____, CEP _____, no Município de _____, Estado de _____, inscrita no CNPJ Nº. _____, inscrição estadual sob o nº _____, neste ato representado pelo Sr. _____, brasileiro, residente e domiciliado na _____, nº _____, CEP _____, no Município de _____, Estado de _____, inscrito no CPF _____ e RG _____, doravante denominado de **CONTRATADA**, resolvem contratar o objeto do presente, em consonância com a Lei nº. 8.666/93 atualizada pela Lei nº. 8.883/94, a Lei Complementar nº. 123/06, o Projeto de Engenharia e Edital do Processo Licitatório nº. 23/2022, e as cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de empresa para execução, sob regime de empreitada global **DA PAVIMENTAÇÃO EM CALÇAMENTO NA LINHA TRAIÍRAS – TRECHO I, II COM ÁREA DE 2.442,75M²**, conforme projeto, memorial descritivo, orçamento e demais anexos constantes no edital.

Item	Quant.	Unid.	Descrição do produto	Valor Total Máximo
01	01	Obra	Execução de pavimentação em calçamento na linha Traíras – trecho I, II com área de 2.442,75m ² , compreendendo terraplenagem, drenagem pluvial, sinalização e calçamento, com fornecimento dos materiais, conforme descrição e valores máximos descritos em projeto anexo a este edital, elaborado pela AMERIOS.	R\$

Parágrafo primeiro: A empresa vencedora no certame, antes do início das obras, deverá obrigatoriamente apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e a CI da obra, emitida no CNPJ da contratada.

Parágrafo segundo: O pagamento da última parcela estará condicionado a apresentação da CND da obra pela empresa Contratada.

Parágrafo terceiro: Caso o Governo do Estado não aprove a documentação encaminhada, ou não realize o repasse do recurso financeiro previsto na Transferência Especial Voluntária, processo SCC 00016767/2021, Contratante e Contratado ficam liberados das obrigações firmados neste Instrumento Contratual.

CLAUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS-FINANCEIRAS

1 - DO PREÇO

1.1 - O preço total dos itens adjudicados à empresa é de R\$ _____ (_____), incluindo-se nele o frete, tributos e demais custos.



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



2 - DA FORMA DE PAGAMENTO

I - O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil após a liquidação, de forma fracionada, conforme boletim de medição, elaborado pela engenheira do município e/ou AMERIOS, responsável pela fiscalização e acompanhamento, em moeda nacional, mediante depósito bancário, apresentação da Fatura/Nota Fiscal devidamente atestada pelos fiscais do contrato, observando-se, antes do pagamento, a regularidade da documentação pelo departamento contábil e financeiro.

II - O Contratante se exime da obrigação de pagar pela obra que não estiver de acordo com o contido no Edital ou no memorial descritivo, no orçamento e no projeto de engenharia e, também, que apresentar quaisquer tipos de problema e defeito detectado pelo(a) engenheiro(a)/arquiteto(a) do Município e pelo Secretário da Pasta até que a mesma não seja regularizada.

III - A critério da Contratante, poderão ser utilizada parte dos pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras, de responsabilidade da Contratada.

IV - A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

V - O objeto licitado deve estar dentro das características solicitadas, sob pena da Contratada ser obrigada a refazer os serviços e, ainda, não receber o pagamento dos valores.

VI - O município reserva-se o direito de descontar (reter) do pagamento devido à contratada os valores decorrentes de tributos legalmente estabelecidos, a exemplo de ISS e INSS, entre outros.

VII - Antes de efetuar o(s) pagamento(s) à Contratada, os servidores da área administrativa deverão verificar e certificar se a documentação entregue pela Contratada atende as cláusulas contidas neste Contrato e no Edital.

VIII - Quaisquer pagamentos não isentarão a Contratada das responsabilidades contratuais, nem implicarão na aceitação e recebimento das obras.

IX - O pagamento fica condicionado à aprovação da documentação que será encaminhada ao Governo do Estado, bem como, da liberação de recursos financeiros daquele Órgão, referente ao repasse de Transferência Especial Voluntária, processo SCC 00016767/2021.

X - O pagamento da última parcela estará condicionado a apresentação, pela empresa Contratada, da CND da obra.

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta da atividade:

Proj/Atividade	Modalidade de aplicação	Descrição
1.032 – Pavimentação de Estradas vicinais	449000000000	Aplicações diretas.

3 - DO REAJUSTAMENTO

3.1 - Os preços não sofrerão qualquer tipo de reajuste ou reequilíbrio financeiro, exceto no caso de aditamento de itens ou quantidades necessárias não contempladas pelo projeto técnico, norteadas através de laudo técnico do engenheiro responsável com as devidas justificativas da necessidade, passando pela apreciação e autorização da gestão do contrato.

CLAUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGACOES DA CONTRATADA

Incumbe à Contratada, além das obrigações fixadas no Edital e seus Anexos:

I - Realizar a entrega do objeto da presente licitação, nos prazos e condições previstos conforme Edital.

II - Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais fornecidos.

III - Substituir e refazer sem custos adicionais para a Administração, e em, no máximo, 5 (cinco) dias a partir da comunicação o objeto/serviço rejeitado(s), recusado(s) pela fiscalização do contrato.

IV - Atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização do contrato, inerentes ao objeto da contratação.

V - Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.

VI - Assumir todos os gastos e despesas que fizer, para o adimplemento das obrigações decorrentes da contratação, tais como: trabalhistas, transportes e demais custos que se fizerem necessários para a execução/entrega do objeto.



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



VII - Fornecer maquinário, mão de obra e o material necessário para a execução e reforma, se necessário, da obra.

VIII - Fornecer os EPIs para os operários que trabalharão na obra.

IX - Utilizar somente material de primeira linha e ótima qualidade, sendo vedado a utilização de materiais que não seja de primeira linha e/ou de qualidade inferior.

X - Responder civil e criminalmente pelos atos e danos sofridos pelos seus colaboradores e, também, os praticados pela contratada e colaboradores a terceiros.

XI - Assumir todos os gastos e despesas que fizer, para o adimplemento das obrigações decorrentes da contratação, tais como: trabalhistas, transportes, alimentação, estadia, e demais custos que se fizerem necessários para a execução/entrega do objeto.

XII - Manter, obrigatoriamente, um canal de comunicação disponível para solicitações, reclamações, comunicados etc. entre contratante e contratado.

XIII - Executar os serviços e utilizar produtos de primeira linha seguindo os padrões usuais do mercado brasileiro, e normas ABNT, ou qualquer outra norma que esteja enquadrado este objeto.

XIV - Caso a fiscalização detectar a utilização de material de qualidade inferior, que não seja de primeira linha e ótima qualidade; que a pavimentação tenha sido realizada de maneira desnivelada, torta, e/ou apresentar quaisquer defeitos, imperfeição, a empresa vencedora será notificada para, no prazo estabelecido neste Edital, refazer o serviço e substituir o material, sem custo adicional para a contratante.

XV - Antes do início das obras, apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e a CI da obra, ambas emitidas no CNPJ da contratada.

XVI - Antes de receber a parcela residual do valor do contrato (pagamento da última parcela) a Contratada deverá apresentar comprovante de quitação da CND da obra licitada e demais encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste Contrato, especialmente o INSS, FGTS e ISS.

XVII - Cumprir todas as obrigações constantes no Projeto de Engenharia, bem como no Edital do Processo Licitatório nº. 23/2022.

XXVIII - A Contratada deverá providenciar e entregar junto ao setor de Engenharia do município, a Anotação de Responsabilidade Técnica/Registro de Responsabilidade Técnica (ART/RRT) da execução da obra de forma discriminada, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, após emissão da Ordem de Serviço.

XXIX - A empresa compromete-se pelos consertos e reparos necessários que forem relacionados ao mau funcionamento e ocasionados por má execução, referente a garantia da obra, que é de 5 anos. (Código Civil - art. 618).

XXX - Registrar as ocorrências havidas durante a execução do presente contrato, de tudo dando ciência aos fiscais do Contrato do Município Contratante, respondendo integralmente por sua omissão.

XXXI - Para a execução da obra, a Contratada deverá utilizar materiais devidamente licenciados pelo Órgão Ambiental competente.

XXXII - Para fins de comprovação da origem do material, a Contratada deverá apresentar aos fiscais do Contrato, nota fiscal de compra deste material, juntamente com a licença ambiental da empresa fornecedora.

XXXIII - Caso a pedra irregular seja extraída e fornecida pela própria Contratada, esta, deverá apresentar a licença ambiental, bem como, uma declaração fornecida por seu representante legal, onde conste claramente que o material será extraído e fornecido pela Contratada.

XXXIV - A Contratada deverá apresentar a documentação de licenciamento dos materiais no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, contados da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado, por interesse da administração pública, quando devidamente justificado, analisado e aceito pela fiscalização.

XXXV - A recusa, o atraso injustificável, bem como as justificativas não aceitas pela fiscalização para apresentação da documentação de licenciamento pela Contratada, implicará na aplicação das penalidades previstas no Contrato.

CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGACOES DO MUNICIPIO

Incumbe a ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL:

I - Fiscalizar a execução/entrega do objeto deste Edital, através pelo Secretário da Pasta Municipal, conforme Decreto 31/2017 e da responsável pelo setor de engenharia do município, ora nominados



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



fiscais do contrato, os quais deverão fiscalizar a entrega dos produtos e serviços licitados, exigir qualidade, o cumprimento dos prazos, fazendo cumprir todas as cláusulas deste Edital e do Contrato/Ata, aplicando os sanções cabíveis em caso de necessidade.

II - Efetuar os pagamentos à Contratada.

III - Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais, bem como acompanhar todas as etapas da execução e entrega efetiva do objeto licitado, bem como conferir e atestar as notas fiscais.

IV - Recusar os serviços/objetos licitados que não atenderem as especificações contidas no Edital e neste Contrato.

V - Não efetuar o pagamento da obra que estiver em desacordo com o contido no Edital ou no memorial descritivo, no orçamento e no projeto de engenharia e, também, que apresentar quaisquer tipos de problema e defeito detectado pelo(a) engenheiro(a)/arquiteto(a) do Município e pelo Secretário da Pasta até que a mesma não seja regularizada.

VI - É vedado ao Município executar qualquer tipo de serviço inerente à contratação, da mesma forma é vedado à utilização de equipamentos, pessoais, veículos e máquinas do Município.

VII - Emitir a Ordem de Serviços, somente após a aprovação da documentação e o efetivo recebimento do repasse dos recursos financeiros de Transferência Especial Voluntária, processo SCC 00016767/2021, pelo Governo do Estado, e ainda, após a apresentação, pela Contratada, da documentação de licenciamento ambiental que comprove a origem dos materiais a serem utilizados na execução da obra.

CLAUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO

I - Cada etapa (boletim de medição) será recebida pela Contratada, e encaminhado para o setor de contabilidade e finanças, após ter sido fiscalizado pelos fiscais do contrato e engenheiro (fiscais do Contrato), os quais serão conjuntamente responsáveis pelo objeto e o material utilizado de acordo com o projeto técnico da obra.

II - A fiscalização será exercida no interesse da Administração Municipal e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive trabalhista e perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

III - Estando o objeto licitado em conformidade, os documentos de cobrança deverão ser atestados pela fiscalização do contrato e enviados ao Departamento Financeiro, para o devido pagamento.

IV - A Obra deverá ser executada no endereço indicado pela Municipalidade e conforme Memorial descritivo, Orçamento e Projeto Engenharia Completo em anexo.

V - O prazo para execução da Obra será de, no máximo, 120 dias, a contar da emissão da Ordem de serviços, podendo ser prorrogado única e exclusivamente pela ocorrência de casos fortuitos ou força maior, e com consentimento da administração municipal, sendo analisada a justificativa para tal ato, priorizando o interesse público, caso contrário não será prorrogado.

VI - A Ordem de Serviços só poderá ser emitida após aprovação da documentação e o repasse dos recursos financeiros de Transferência Especial Voluntária, processo SCC 00016767/2021, pelo Governo do Estado, e ainda, após a apresentação, pela Contratada, da documentação de licenciamento ambiental que comprove a origem dos materiais a serem utilizados na execução da obra.

VII - A vigência do contrato será até 30/06/2023.

VIII - O prazo para início das correções dos itens apontados pela fiscalização do contrato será de 5 (cinco) dias úteis após a notificação.

CLÁUSULA SEXTA - DOS ENCARGOS CONTRATUAIS

6.1 - A Contratada é responsável por todas as providências e obrigações referentes à legislação específica de acidentes de trabalho quando de ocorrências em que forem vítimas os seus funcionários, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles.

6.2 - A Contratada, como única e exclusiva responsável pela execução dos serviços objeto do presente contrato, responde civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos ou terceiros, no exercício de suas atividades, vier, direta ou indiretamente, causar ou provocar ao Contratante ou a terceiros.

6.3 - À Contratada caberá as despesas peculiares às empreitadas globais, notadamente serviços gerais, transporte horizontal e vertical, mão-de-obra e materiais, inclusive para instalações provisórias, e todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e fiscais decorrentes, bem como as relativas aos



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



registros junto ao CREA. Cabe ainda à Contratada, por todo o período de execução das obras, manter os seguros que por Lei se tornarem exigíveis.

6.4 - Por se tratar de empreitada por preço global, os preços contratados constituirão a única e completa remuneração pelos serviços contratados no período estabelecido, estando incluído nos mesmos os custos com os encargos relacionados no parágrafo anterior ou quaisquer outras despesas adicionais. A inadimplência da Contratada com referência aos mesmos não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

7.1 - O objeto do presente contrato será executado sob o regime de execução indireta, na modalidade de empreitada por preço global.

CLÁUSULA OITAVA - DOS ACRÉSCIMOS E/OU SUPRESSÕES

8.1 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do presente Contrato, dentro dos limites previstos o §1º do Artigo 65 da Lei nº. 8.666/93.

CLAUSULA NONA - DAS SANÇÕES

9.1 - A contratada que der causa a rescisão do Contrato, deixar de entregar documentação exigida, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na entrega do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste e das demais cominações legais.

9.2 - Em caso de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - Advertência.

II - Multas:

a) Multa de 1% (um por cento) por dia de atraso na conclusão da obra, calculado sobre o valor global do contrato, entendendo-se como atraso a não entrega do bem no prazo estabelecido nos itens 10.6 e 13.4 do Edital, limitado a 30%. Após 30 (trinta) dias não havendo motivação aceita pelo município para prorrogação deste prazo, o contrato será rescindido por culpa da contratada, a qual deverá arcar com a multa estipulada na alínea "d", do item 9.2, deste Contrato.

b) de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, nos termos do item 13.5. do Edital, pela recusa/demora em corrigir/refazer serviços e/ou substituir materiais rejeitados, em caso de reincidência o valor da multa será em dobro.

d) de 60% (sessenta por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso da licitante requerer e/ou der causa a rescisão do Contrato.

e) de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificável ou pelas justificativas não aceitas pela fiscalização do Contrato, pelo descumprimento do prazo estabelecido no Edital e neste Contrato para apresentação da documentação de licenciamento pela Contratada, calculado sobre o valor global do contrato, limitado a 30%. Após 30 (trinta) dias não havendo motivação aceita pelo município para prorrogação deste prazo, o contrato será rescindido por culpa da contratada, a qual deverá arcar com a multa estipulada na alínea "d", do item 9.2, deste Contrato.

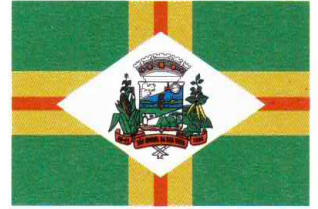
No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



9.3 - O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

9.4 - As sanções previstas no inciso I do item 9.2 da cláusula nona poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS GARANTIAS

10.1 - As empresas licitantes ficam dispensadas de apresentarem garantia quando da entrega das propostas (*artigo 31, inciso III da Lei nº. 8.666/93*).

10.2 - Como garantia do contrato, resta estipulado que, com fundamento no artigo 56, §2º da Lei nº. 8.666/93, a Contratada deverá, quando da assinatura do Contrato/Ata, apresentar garantia de 5% (*cinco por cento*) do valor adjudicado em favor da empresa, não sendo aceita a modalidade cheque.

10.3 - A garantia será exigida apenas da empresa que vai efetivamente contratar com a Administração.

10.4 - A empresa que não apresentar a garantia, no prazo estipulado, perderá o direito de firmar o Contrato/Ata com a Administração.

10.5 - No final do Contrato/Ata, caso a empresa Contratada não tenha cometido nenhum inadimplemento, o valor da garantia será liberado em favor da mesma e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ADITAMENTO

11.1 - Este Contrato poderá ser alterado, nos termos e limites da legislação vigente, e sempre por meio de Termo Aditivo.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

12.1 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93.

12.2 - Constituem motivo para rescisão do Contrato:

- a) Não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos.
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos.
- c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da execução nos prazos estipulados.
- d) O atraso injustificado da conclusão do contrato sem justa causa e prévia comunicação à Administração.
- e) A paralisação do fornecimento sem justa causa e prévia comunicação à Administração.
- f) O descumprimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores.
- g) O cometimento reiterado de falta na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei nº. 8.666/93.
- h) A decretação da falência ou instauração da insolvência civil.
- i) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado.
- j) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, desde que prejudique a execução do Contrato.
- k) Razões de interesse público, de relevância e amplo conhecimento justificada e determinadas pela autoridade máxima Administrativa a que está subordinado o contrato e exaradas no processo Administrativo a que se refere o Contrato.
- l) A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 03 (três) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação.
- m) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes dos serviços ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



n) A não liberação, por parte da Administração, de área ou local para o fornecimento dos materiais, nos prazos contratuais.

o) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato.

p) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão, cisão ou incorporação, ainda que indireta, das normas que disciplinam as licitações.

12.3 - Quanto à sua forma a rescisão poderá ser:

a) Por ato unilateral e estrito da Administração, nos casos previstos neste Contrato, na minuta do Edital e nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93.

b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de Licitação, desde que haja conveniência para a Administração.

c) Judicial, nos termos da legislação.

12.4 - O presente contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo ou a qualquer momento, por conveniência administrativa.

12.5 - Em caso de inexecução contratual prevista no art. 78 da Lei nº. 8.666/93, consolidada, por culpa da Contratada, fica estabelecido à multa prevista na Clausula nona deste Contrato, atualizada monetariamente pelos índices iniciais.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto, sem o consentimento prévio do Município, mediante acordo escrito, obedecido os limites legais permitidos.

13.2 - Quaisquer comunicações entre as partes com relação a assuntos relacionados a este Contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visada pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

13.3 - A fiscalização e o controle aludidos na clausula quarta, não implicarão qualquer responsabilidade executiva por parte do Município nem exoneração da Contratada no cumprimento de qualquer das responsabilidades aqui assumidas.

13.4 - Os casos omissos a este Contrato reger-se-ão pela legislação pertinente a matéria na lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

13.5 - O presente Contrato será regido pela Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

13.6 - Os anexos e as cláusulas fixadas no Processo Licitatório nº. 23/2022 ficam fazendo parte do presente Contrato.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ACEITAÇÃO

14.1 - E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, em duas vias ou mais vias de igual forma e teor, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser.

São Miguel da Boa Vista (SC), ___ de _____ de 2022.

VANDERLEI BONALDO

Prefeito Municipal

CNPJ sob nº. _____

Representante Legal

Testemunhas:

CPF: _____

CPF: _____

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. /2022.

Contrato de Prestação de Serviço.

Rua São Luiz, 210, Centro - Fone/Fax: (49) 3667-0050 - CEP: 89879-000

CNPJ: 80.912.124/0001-82 – Site: www.saomigueldaboavista.sc.gov.br